



Conselho Regional
de Serviço Social / RJ

PRAxis



ANO VI - Nº 56 - NOVEMBRO/DEZEMBRO 2010

Eleições 2011 CFESS/CRESS

Saiba mais sobre o processo eleitoral que
acontece em março sob o Sistema Eleitoral
Único por Correspondência
Págs. 6 e 7



I Seminário Estadual de Direitos Humanos e Serviço Social



Pgs. 3

Prática: O Serviço Social e a Transgenitalização

Pgs. 4

Prêmio de Visibilidade das Políticas Sociais e do Serviço Social



Pg. 10 e 11

Uma nova sede para o CRESS-RJ

Pg. 12

Editorial

Em março de 2011 os assistentes sociais de todo o Brasil voltarão a decidir os rumos de nossas entidades nos próximos três anos. Em todos os Estados haverá eleições para as direções dos CRESS's, de suas Seccionais e do Conselho Federal de Serviço Social.

A história do Serviço Social brasileiro registra a importância que o Conjunto CFESS/CRESS teve para a consolidação de novas perspectivas profissionais, especialmente a partir do Congresso da Virada, cujos 30 anos comemoramos em 2009. Nossas entidades, sem deixar de cumprir o papel de defesa da população que lhe é precioso, souberam combinar suas ações à necessária e constante organização política da categoria por direitos e prerrogativas profissionais. Neste processo, não foram desconsideradas as contradições da sociedade em que vivemos, com seus impactos e repercussões para as diversas dimensões da vida social. O compromisso com um Serviço Social qualificado para enfrentar as distintas expressões da questão social, orientado pelos princípios do código de ética profissional, crítico em relação às alterações que o capitalismo gera sobre a vida das pessoas, todos estes passos contaram com a contribuição dos assistentes sociais reunidos em torno de seus conselhos regionais e federal.

Em 2011 as eleições no Estado do Rio de Janeiro serão realizadas unicamente por correspondência – o que exige de todos nós a máxima atenção aos prazos, para que nossas opiniões sejam validadas na apuração final dos votos. Isto não elimina a necessidade de pensar os desafios postos aos colegas que apresentarão suas candidaturas à apreciação da categoria. Este número do PRAXIS começa estas reflexões. Mas ela ocorrerá também nas atividades das campanhas das chapas inscritas e na fundamental participação de todos os assistentes sociais.

Que o ano de 2011 seja excelente para o Serviço Social e que faça avançar as lutas por uma sociedade justa!

Diretoria do CRESS – 7ª Região / RJ

Ações do CRESS

- O CRESS-RJ marcou presença durante o II Seminário Regional de Estágio e Extensão, realizado na UFF, de 9 a 11 de novembro. A conselheira Martha Fortuna participou da mesa de abertura e as conselheiras Érika Schreider e Fátima Grave também participaram do evento na qualidade de palestrantes.
- Foi realizado no último dia primeiro de dezembro, na Seccional de Campos, o curso de Parecer Social na Área Sociojurídica. Cerca de 30 assistentes sociais e três estagiárias que estão atuando na área jurídica participaram do curso.
- A conselheira Elza Velloso, que representa o CRESS-RJ no Conselho Estadual de Assistência Social do Rio de Janeiro, atuou como presidente da comissão eleitoral na recém eleição daquele CEAS.

GEDS – Em nome da diversidade de direitos

Contando com a participação da assistente social Lúcia Xavier foi lançada oficialmente no último dia 14 de dezembro, no auditório 51 da UERJ a Comissão de Gênero, Etnia e Diversidade Sexual (GEDS) do CRESS-RJ.

Em sua palestra, Lúcia, que participa da ONG Criola, mostrou, baseada em dados estatísticos, o quanto a população negra, em particular a mulher negra, tem os menores rendimentos no mercado de trabalho.

Lúcia alertou que é preciso muita reflexão sobre os diferentes preconceitos. Segundo suas observações no plano das ideias o profissional de Serviço Social assume uma postura de vanguarda, porém no cotidiano, grande parte da categoria, acaba reproduzindo os clichês e preconceitos da mesma sociedade que no campo das ideias ele critica.

Lúcia salientou que a categoria vem mudando muito, o profissional de hoje não é o mesmo de anos atrás. Antes, ela lembrou, havia poucos profissionais de origem pobre como a dela, hoje não é assim. Há uma mudança no perfil desse profissional.

Dentro de um trabalho de aproximação com temas que movem a sociedade, o CRESS-RJ, desde o início dos anos 2000 vem trabalhando com gênero e etnia. Na atual gestão o Conselho passou a discutir efetivamente os temas referentes à diversidade sexual, tendo inclusive cadeira no Conselho Estadual LGBT, representado pela conselheira Beth Salvador. A GEDS tem por diferencial tratar estes temas de forma integrada.

Vale ressaltar que o evento de lançamento da Comissão de Gênero, Etnia e Diversidade Sexual contou com o apoio/parceria do Projeto ProAfro, da Faculdade de Serviço Social da UERJ, coordenado pela professora Magali Almeida.



PRAXIS CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL
7ª REGIÃO - Nº 56 - Novembro/Dezembro 2010

Presidente: Fátima da Silva Grave Ortiz

Vice-Presidente: Elza Velloso

1ª Secretária: Lúcia Maria da Silva Soares

2ª Secretária: Conceição Maria Vaz Robaina

1ª Tesoureira: Newvone Ferreira da Costa

2ª Tesoureira: Alena Mab Góes Contente

Suplentes de Diretoria: Michelle Rodrigues de Moraes, Jurema Alves Pereira da Silva, Mônica Vicente da Silva, Georgina de Queiroz dos Santos e Maurício Caetano Matias Soares

Conselho Fiscal: Martha Fortuna Pereira Bastos, Maria Elizabeth Freire Salvador, Leopoldina de Araújo Cardoso

Suplentes: Lisamar Bastos Simões e Erika Schreider

Comissão de Comunicação e Cultura: Conceição Maria Vaz Robaina, Jefferson Lee de Souza Ruiz e Célio Albuquerque

Seccional Campos

Rua 21 de Abril, 272, s.311 - CEP 28010-170

Centro - Telefax: (22) 2723-9464

Coordenadora: Janaina Alves Monteiro

Tesoureira: Luciana Custódio Soares

Secretária: Gisele Pereira Luiz

Suplente: Lidiane Pereira Braga

Seccional Volta Redonda

R. Gen. Oswaldo Pinto da Veiga, 350, salas 1001 a 1003 - Pontual Shopping - CEP 27261-050 - Telefax: (24) 3342-6886

Coordenadora: Sabrina Alves de Faria

Tesoureira: Carmem Lúcia Brandão

Secretária: Gilvane Mazza Ribeiro

Jornalista Responsável: Célio Albuquerque (MTB/RJ 15751)

Design gráfico e ilustrações: Carlos D

Impressão: Gráfica Colorset - **Tiragem:** 13.000 exemplares

Rua México, 41, grupos 1203-1205 - Centro

Rio de Janeiro - RJ - CEP 20031-144

Telefax: (21) 3147-8787

e-mail: comunicacao@cressrj.org.br

Accesse www.cressrj.org.br

Mobilização

I Seminário Estadual de Direitos Humanos e Serviço Social

O evento estava agendado há alguns meses, mas de tão oportuno pareceu ter sido organizado às pressas só para estar sintonizado com o que acontecia no Rio de Janeiro. A capital fluminense vivia um clima tenso com a ocupação das forças militares ao Complexo do Alemão, na zona norte carioca, e no mesmo momento começavam a surgir na mídia questionamentos sobre a forma de ação com relação a população residente na área.

Com a participação de especialistas no tema como o advogado capixaba, e assessor jurídico do CRESS Espírito Santo, Bruno Alves de Souza Toledo, porta-voz da denúncia feita à ONU sobre as condições dos presídios capixabas; o deputado Marcelo Freixo (historiador, presidente da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro); dentre outros, o I Seminário Estadual de Direitos Humanos e Serviço Social mostrou ao que veio. Foi um sucesso!

Organizado pelo CRESS-RJ, o evento, realizado dia 3 de dezembro, teve como palco o Auditório da Escola de Magistratura do Estado do Rio de Janeiro (EMERJ).

O seminário foi dividido em dois segmentos ao longo do dia. Na mesa da manhã sob o tema “Direitos humanos: distintas concepções em disputa” participaram o Dr. José Damiano de Lima Trindade, procurador geral Estado de São Paulo e mestre em Direito Político e Econômico; e a professora Marileia Porfírio – Diretora do Núcleo de Estudos de Políticas Públicas em Direitos Humanos e professora da Escola de Serviço Social (UFRJ).

Em sua participação Damiano Lima sublinhou o quanto estão em decadência os direitos da classe trabalhadora e por consequência, os direitos humanos. “O direito de férias está em recuo nos Estados Unidos e na Europa. Os direitos trabalhistas são fortalezas sitiadas”, disse ele. Para sublinhar lembrou do artifício criado para escamotear as horas extras: o banco de horas, uma invenção brasileira.



Bruno Toledo, assessor jurídico do CRESS-ES



Marileia Porfírio, Damiano Lima e Newvone Costa, conselheira Cress-RJ

Em sintonia com o primeiro palestrante, Marileia enfatizou que “a população tem direito a saber que tem direitos” e que é preciso estar atento ao fato da criminalização da pobreza.

Na parte da tarde, dividida em duas mesas, o tema central foi “Experiências populares, profissionais, parlamentares e legislativas de defesa de direitos humanos”. Na primeira delas, o advogado Bruno Toledo falou sobre “Sistemas Internacional de Proteção de Direitos Humanos: a experiência do sistema prisional do Espírito Santo”. De forma contundente ele mostrou o quanto, relativamente, as violações dos direitos humanos em seu estado são grandes. “Somos o estado mais violento da federação. Há mais de uma década entre os três mais violentos (...) O Estado se omite e reforça o sistema repressor”, disse Bruno que exibiu o mesmo material que apresentou na ONU. Além dos dados estatísticos, as fotos falavam por si, com as celas superlotadas e um corpo esquartejado. Bruno lembrou que é preciso estar alerta para o que está à nossa volta para não correr o risco de criminalizar a pobreza.

Na segunda mesa da tarde, Rodrigo Lima (assistente social, professor da Escola de Serviço Social da UFF/RJ), falou sobre os 20 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente sublinhando uma triste realidade constatada no Rio de Janeiro, onde o maior índice de mortes se encontra entre jovens de 16 a 24 anos.

Hilda Corrêa de Oliveira falou sobre o Fórum Permanente de População de Rua do Rio de Janeiro, ressaltando que em nenhum momento o Plano Diretor da capital fluminense se debruçou de fato sobre essa população, da qual 35% é dependente de álcool e outras drogas. Hilda lembrou que há dois anos o auditório do CRESS-RJ é utilizado para reuniões para tratar o tema.

O Fórum de Lutas contra as Organizações Sociais na Saúde foi o tema abordado por Vanessa Bezerra (assistente social, doutora em Serviço Social da Faculdade de Serviço Social da UERJ, membro do Fórum de lutas contra as organizações sociais e em defesa da saúde pública). Vanessa sublinhou a importância de se lutar contra a mercantilização da saúde e o quanto isso é prioritário para a defesa dos direitos humanos.

O último palestrante do dia foi o deputado estadual Marcelo Freixo que teve como tema a Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro. Uma das pessoas mais solicitadas durante o episódio do Complexo do Alemão, conhecido na mídia como ocupação/passificação, Marcelo destacou que não há debate mais importante hoje do que os direitos humanos. “É fundamental”, disse. “Nas discussões na Assembleia Legislativa do Rio, o direito do consumidor tem muito mais espaço que os direitos humanos”, concluiu o deputado, sublinhando que é preciso uma mudança de postura, notadamente no que se refere ao acesso à política de direitos humanos por camadas da população menos favorecidas.

O Seminário contou com a participação de cerca de 200 pessoas. Profissionais presentes ao encontro deram a sugestão que o evento se torne anual.



Maurício Caetano, conselheiro Cress-RJ e o deputado Marcelo Freixo

“**Nas discussões na Assembleia Legislativa do Rio, o direito do consumidor tem muito mais espaço que os direitos humanos**”

Transgenitalização no Hospital Universitário Pedro Ernesto/UERJ

Em 19 de agosto de 2008, o Ministério da Saúde, através da Secretaria da Atenção à Saúde, lançou a Portaria nº 457, que define os critérios para a estruturação e identificação dos serviços que prestarão atenção especializada no Processo Transexualizador, ou seja, de transformação do gênero masculino para o feminino. Foram então definidas quatro unidades de saúde no país, cujas condições técnico-científicas atenderam aos requisitos daquele Ministério; o Hospital Universitário Pedro Ernesto, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, foi um dos escolhidos.

Neste trabalho atuam assistentes sociais de duas equipes: a do PASA (Programa de Atenção a Saúde do Adulto) e da Urologia. A primeira é composta por: Elizabeth da Luz Marques, Viviane Soares Costa Bakita, Débora Cascabulho Steele, Daniela de Almeida Ferreira, Isis Lira Basílio, Letícia Freire Alves, Neide Gomes Oliveira Miguel, Maria Inêz Bernardes Amaral e Fabíola Cesário Soares; Em relação à atenção terciária, somente a assistente social Marina de Souza Queiroz. É a responsável pelo trabalho desenvolvido na enfermaria da Urologia. A chefe do Serviço Social do HUPE/UERJ está a cargo de Dayse da Silva Carvalho.

A realização de modificações corporais, através da cirurgia de mudança de sexo, traz uma gama de implicações - que podem durar uma vida inteira - que requer uma efetiva intervenção multidisciplinar. Dessa forma, estudiosos da área identificam que a transexualidade apresenta uma experiência de conflitos com os padrões de gênero estabelecidos e enraizados socialmente, em cada momento histórico. Nesse contexto, o assistente social tem buscado articular a integralidade da atenção aos usuários que estão no processo transexualizador, bem como possibilitar um diálogo intra/interinstitucional e intersetorial que poderá contribuir para a ampliação dos direitos dos sujeitos.

O Serviço Social do PASA tem buscado construir pontes de diálogos com os outros profissionais, a partir dos atendimentos que efetua. Cabe sublinhar que a equipe do PASA organizou uma dinâmica diária de acolhimento às demandas espontâneas e/ou com encaminhamentos internos dos usuários que são acompanhados nos ambulatórios do HUPE, o que é considerado pelos profissionais uma “porta aberta”, que traz segurança para os usuários, que sabem que poderão contar com o apoio, a orientação e encaminhamentos necessários à sua situação; diferentemente é o acesso aos outros profissionais, que têm horários mais definidos.

Os usuários quando chegam ao Serviço parecem ter certeza do que querem. Ao mesmo tempo, tendo em vista a gama de complexidade e singularidades que envolvem o tema/questão, levam consigo muitos questionamentos sobre seu futuro e os enfrentamentos que terão com essa nova identidade.

A sistematização das demandas que são levadas pelos usuários ao Serviço Social, visando estabelecer



Equipe do PASA: Elizabeth da Luz Marques, Isis Lira Basílio, Débora Cascabulho Steele, Maria Inêz Bernardes Amaral, Viviane Soares Costa Bakita, Fabíola Cesário Soares, Neide Gomes Oliveira Miguel e Letícia Freire Alves. Também faz parte da equipe PASA Daniela Ferreira, que não está na foto.

estratégias de enfrentamento e emissão de respostas profissionais, é uma das tarefas diárias do profissional, que busca: construir ações assistenciais resolutivas; articular ações de saúde com os recursos da rede socioassistencial do município do Rio de Janeiro, visando à constituição da intersetorialidade; organizar prontuários dos usuários, tendo em vista o registro sistemático dos acompanhamentos feitos; constituir um diálogo intra e interinstitucional considerando a integralidade da atenção prestada aos usuários; produzir conhecimentos disciplinares, com vista à produção interdisciplinar, dentre outros.

No atendimento social realizado a transexuais, a equipe busca avançar em direção à superação de uma visão fragmentada de saúde, articulando-a com as condições/qualidade de vida, através de estratégias e ações organizadas. A equipe parte do pressuposto de que a saúde é produto de um amplo espectro de fatores que se inter-relacionam e que abrangem as dimensões objetivas e subjetivas dos sujeitos. A construção da integralidade é tarefa cotidiana e inadiável para todos os profissionais que buscam ser resolutivos em suas intervenções, o que necessariamente aponta para a intersetorialidade das ações, considerando a concepção ampliada de saúde.

Acompanhamento

Os usuários são atendidos no mesmo dia pela equipe e, constatada a necessidade de acompanhamento sistemático, a equipe marca os atendimentos de Serviço Social subsequentes, considerando que as questões trazidas por esse público não são rapidamente resolvidas. A preocupação da equipe passa pela constituição de uma relação de confiança para que o processo (a produção e oferta de atenção) possa ocorrer. Neste percurso, busca-se incentivar a corresponsabilização pelo cuidado, indispensável face à complexidade dos problemas trazidos.

O período pré-operatório é de dois anos, em princípio, estipulado pela Portaria que trata o assunto. Entretanto, este tempo de espera pode ser maior dada a

demanda crescente na unidade e a questões variadas na vida dos sujeitos, dentre outros aspectos.

O trabalho desenvolvido permite conviver com questões relevantes, como: A transexual após a realização da cirurgia retorna ao seu meio social, com uma nova identidade sexual; como a sociedade reagirá? A chamada “cidadania cirúrgica” é suficiente no que refere ao gozo dos direitos? Quando conseguiremos construir uma sociedade livre do preconceito e da intolerância, em que seres humanos serão aceitos não por sua condição de classe, etnia, gênero, cultura, mas por sua condição humana?

Os profissionais envolvidos no projeto sabem que há urgência para que o Estado organize políticas públicas de inclusão (social, econômica, cultural), tarefa essa estendida às organizações da sociedade civil, considerando a necessidade de diálogos e ações intersetoriais.

Por outro lado, quanto às perspectivas futuras, esses profissionais entendem ser urgente a elaboração de uma política institucional, face ao Programa de Atenção Integral à Saúde do Portador de Transtorno de Identidade. Esta política precisa incorporar na sua essência os princípios do SUS, destacando, especialmente, o da integralidade, ou seja, a compreensão de que as necessidades de saúde devam ser sempre consideradas em sua totalidade, de forma a estabelecer uma política de atenção e de humanização capazes de responder às novas exigências postas por esta política.

A equipe salienta ser extremamente importante a promoção de fóruns de debates com equipes de saúde e profissionais das diferentes áreas de saber e experiências, considerando ser o Hospital Universitário Pedro Ernesto um hospital de ensino, cujo espaço proporciona um confronto com novas ideias e práticas e, também, junto à academia, com alunos e residentes.

Consequentemente, os profissionais em formação, residentes e estagiários, que prestarão assistência no campo da saúde e que vivenciarão uma experiência ampliada, poderão contribuir com novas formas de agir, num cuidado compromissado junto à população. ■

Legislação

Prosseguem as lutas pelas 30 horas

As mobilizações em defesa das trinta horas de jornada semanal de trabalho para assistentes sociais, previstas pela Lei 12.317/2010, continuam acontecendo em todo o país. As dificuldades encontradas confirmam a avaliação que fazíamos na última edição do jornal Práxis: o fato de termos legislações aprovadas não significa que os direitos previstos se instalem automaticamente.

No âmbito do Rio de Janeiro, o CRESS realizou nos últimos meses diversas iniciativas. Reuniu-se com os profissionais da Prefeitura do município (veja box), profissionais com vínculo federal, com cargos genéricos e contratados por instituições militares. Para cada situação foram aprovados encaminhamentos específicos, considerando as especificidades de cada empregador e, mesmo, os eventuais argumentos utilizados para resistir à implementação da Lei.

Na página eletrônica do CRESS (www.cressrj.org.br) é possível acessar as orientações de providências a serem tomadas por cada profissional.

Federais: portaria publicada

No último dia 21/12/2010 o Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão publicou Portaria nº 3353, que reconhece a todos os assistentes sociais de instituições federais a redução da jornada conforme previsto pela Lei. Até o fechamento desta edição as alterações ainda não haviam sido implementadas no Sistema Integrado de Administração de Pessoas (SIAPE).

Prefeitura: comissão organizará próximos passos

O CRESS-RJ foi recebido, no dia 09/12/2010 pelo secretário municipal de assistência social da cidade do Rio de Janeiro, Rodrigo Bethlem, para discutir vários temas, dentre eles as 30 horas. Segundo assistentes sociais, os gestores não estão cumprindo a lei. A prefeitura não se manifestou oficialmente até o fechamento desta edição do Práxis. O CRESS, representado na audiência por sua presidente Fátima Grave e pela assessoria jurídica do Conselho, Dr^a Mônica Arkader, reafirmou sua interpretação de

que o artigo 1º da Lei, ao alterar a regulamentação profissional, reconhece a todos os assistentes sociais o direito à redução de jornada sem redução de salários. Um relato mais detalhado da reunião pode ser acessado em http://cressrj.org.br/2noticias_res.php?recordID=967

Anteriormente à audiência, reunião realizada no auditório do CRESS com muitos profissionais da Prefeitura do Rio já havia indicado um Grupo de Trabalho para organizar iniciativas de pressão política pelo cumprimento da Lei das 30 horas. Fique atento aos chamados para mobilização!

Instituições que cumprem as 30 horas em nosso Estado*

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro; Hospital Adventista Silvestre; Obra Sociais de Nossa Senhora do Sagrado Coração; Hospital Procordis; Sansim - Serviços Médico; Policlínica de Botafogo; REFAZER - Grupo de Apoio a Criança e ao Adolescente; Cuidar Home Care - Tijuca; Companhia de Pesquisas e Recursos Minerais-Serviço Geológico do Brasil; Petrobras; Serpro- Serviço Federal de Processamento de Dados; Igreja Universal do Reino de Deus; Clínica Nefrológica LTDA; Caixa de Assistência dos Servidores da CEDAE - CAC; Vise Vigilância e Segurança LTDA; Instituto Policlínica de Botafogo; Obra Social da Paróquia Santa Cruz de Copacabana; Instituto Benjamin Constant (IBC/MEC); Home Care (At Home - Niterói); prefeitura municipal de Barra do Pirai; CECREMEF - Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Empregados de FURNAS e das demais empresas do sistema ELETROBRÁS LTDA; APÓS-FURNAS -Associação dos Aposentados de FURNAS; REAL GRANDEZA - Fundação de Previdência e Assistência Social; CAEFE-CAixa de Assistência dos Empregados de Furnas e Eletronuclear; Associação Beneficente Carmelitana/ Rede Carmo de Educação; APAE de Barra do Pirai; Universidade Estadual do Norte Fluminense- UENF; prefeitura municipal de Areal; prefeitura municipal de Beloford Roxo e prefeitura municipal de Santa Maria Madalena

* Obs.: lista organizada a partir das informações enviadas por assistentes sociais para o e-mail trintahoras@cressrj.org.br ou por ofícios respondidos pelas próprias instituições empregadoras.

Organização Sindical, um assunto em pauta

Notadamente no Estado do Rio de Janeiro, o debate sobre organização político-sindical da categoria vem sendo mantido em pauta. Durante o Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social (ENPESS), realizado na UERJ, o tema foi abordado, especificamente na manhã do dia 8 de dezembro, com a apresentação de três trabalhos de profissionais do Rio de Janeiro.

A professora Beatriz Abramides, autora do livro *Novo Sindicalismo e o Serviço Social* em parceria com Socorro Cabral, foi a responsável pela mediação da mesa coordenada que tratou do tema.

A assistente social Ana Paula Procópio, que teve como pesquisa de seu mestrado a organização sindical da categoria, fez um breve histórico desta organização, iniciada em 1953, com foco no Rio de Janeiro. Aponta que, particularmente no Rio, a confusão entre classe e categoria existe. Mas para ela a discussão política deve ir além disso: “Não se pode reduzir à discussão entre ramo e categoria - é um estreitamento. O tema organização sindical é bem mais amplo”, disse Procópio.

Danielle Horta, que também desenvolveu dissertação de mestrado sobre organização sindical no Rio de Janeiro, disse

que sua maior motivação para trabalhar o tema foi a ausência de maior produção sobre ele, resumida praticamente ao livro de Abramides. Abordando diferenças de posturas entre o CRESS e alguns posicionamentos do Sindicato de Assistentes Sociais do Estado, Danielle afirma que a “discussão por ramo não está suficientemente esgotada: o debate continua e precisa ser aprofundado”.

Mestranda em Serviço Social, tendo como foco de pesquisa o movimento sindical e a saúde no Rio de Janeiro, Mariana Maciel destacou que há uma grande necessidade de reflexão sobre o que acontece com o profissional de Serviço Social no Estado e no município do Rio de Janeiro. “Há uma militarização da saúde no Estado, via Corpo de Bombeiros, onde é proibido se sindicalizar”. Por outro lado, ela lembrou que na prefeitura carioca praticamente todos os profissionais de Serviço Social são ligados administrativamente à Secretaria de Assistência Social (mesmo aqueles que atuam na área da saúde), quando o assistente social também é reconhecido como um dos profissionais da política de saúde. “Apenas os assistentes da Educação mantiveram sua lotação”. Maciel ressalta que é preciso uma reflexão sobre o tema.

Presente ao encontro, Socorro Cabral ponderou que em áreas não governamentais os assistentes sociais estão

descobertos no que diz respeito à representação sindical, seja por ramo ou categoria. A professora alertou que “é preciso estudar como esses novos profissionais estão entrando no mercado, sejam eles da área governamental ou não”.

Os debates que se seguiram apontaram diferentes posições sobre o tema. Houve, no entanto, um consenso: a constatação de que a participação sindical da categoria é, ainda muito pequena, seja em sindicatos gerais ou profissionais.

A realização de uma mesa coordenada no ENPESS sobre organização sindical surgiu como desdobramento do I Seminário sobre a Organização Sindical dos Assistentes Sociais do Rio de Janeiro. Uma das preocupações apontadas foi a necessidade de maior envolvimento da academia nesta discussão. Ainda como desdobramento daquele evento, estava prevista a realização em novembro, na UERJ, da segunda edição do Seminário, com apoio do CRESS RJ. Em função da série de conflitos na cidade do Rio de Janeiro, com carros incendiados e o episódio que culminou com a ocupação por forças militares do Complexo do Alemão, e do consequente fechamento da UERJ, o evento teve de ser suspenso, não havendo agenda possível para sua realização ainda em 2010. O evento deve ocorrer em 2011.

Em março, eleições para o Conselho

Práxis ouviu Ivanete Boschetti, presidente do CFESS e Yolanda Guerra, professora



“É fundamental que o Conjunto crie estratégias para se aproximar dos profissionais, para levar para eles aquilo que é feito, as pautas, as propostas, as ações desenvolvidas.”

Ivanete Boschetti

Práxis - Que desafios você visualiza como centrais para as próximas direções do Conjunto CFESS/CRESS?

Ivanete – Sempre são muitos desafios. Um deles é dar continuidade, aprofundar e consolidar o Plano Nacional de Lutas em Defesa da Formação e do Trabalho com Qualidade. Isso significa continuar firme no posicionamento contrário à graduação à distancia em Serviço Social e construir estratégias para defender uma formação de qualidade, que tenha um impacto no exercício do trabalho. Esse é um grande desafio a se materializar no acompanhamento dos cursos, de como são implementados, como se estruturam, como trabalham disciplinas como Ética, Trabalho, Estágio.

O segundo desafio tem a ver com o enraizamento do projeto ético-político junto à categoria. Passa pela proximidade do CFESS com os CRESS, com os assistentes sociais, com a base. É fundamental que o Conjunto crie estratégias para se aproximar dos profissionais, para levar para eles aquilo que é feito, as pautas, as propostas, as ações desenvolvidas. Muitas vezes realizamos várias atividades, vários projetos, e os assistentes sociais não têm conhecimento, não têm informação.

Outro desafio é aprofundar a discussão sobre os espaços de representação que o Conjunto têm em conferências e conselhos de gestão de políticas sociais e qual o papel do Conjunto nesses espaços que são os Conselhos, espaços de resistência, de luta e de defesa da universalização da seguridade social.

Práxis – O que pode ser feito para aproximar os assistentes sociais, em especial os recém-chegados à profissão, aos conselhos?

Ivanete – Nossos conselhos, seja o federal ou os regionais, têm que fazer um trabalho até anterior à universidade, de informação, de difusão do Serviço Social. Esse trabalho deve começar antes da faculdade e continuar durante o processo de formação acadêmica. O CRESS pode participar das disciplinas de introdução ao Serviço Social, de Ética, de Estágio, disciplinas que discutem muito o trabalho, o fazer profissional para, junto aos estudantes, ajudar a esclarecer o que é o Conjunto, quais são suas ações e atividades, para que ao concluírem seus cursos vejam nos conselhos um espaço de luta e de

defesa dos princípios e diretrizes, fazer a conexão daquilo que está no código de ética e na lei de regulamentação e a ação concreta na realidade. Junto aos profissionais, uma das principais ações diz respeito à informação. Muitas vezes os profissionais não se aproximam do Conjunto porque não sabem o que é feito. Ouvimos muitas vezes frases do tipo: “A gente paga anuidade e não vê o que o CFESS fez com essas anuidades”. Acho importante a realização eventos públicos, gratuitos, que tenham relação com o trabalho profissional. As páginas eletrônicas devem informar o que é feito no CRESS para que o profissional possa participar.

Práxis – Qual a importância do Conjunto CFESS/CRESS e da participação da categoria nas eleições de março para o Serviço Social brasileiro?

Ivanete – A eleição no Conjunto CFESS/CRESS tem uma particularidade em relação aos demais conselhos profissionais porque somos o único Conjunto com eleição direta sem que o voto seja obrigatório e com quorum mínimo. A importância não está só em escolher uma nova gestão para os próximos três anos: é um momento de mobilização que os conselhos fazem junto aos profissionais, para levar aos profissionais o que é o Conjunto, quais as propostas para o trabalho profissional, para a formação, para a melhoria do trabalho e das condições de trabalho. É uma situação ímpar de mobilização e estímulo à participação.

Práxis – Nos oito anos de governo Lula houve uma série de contradições quanto às políticas sociais, com grandes impactos para o Serviço Social. Que expectativas, em sua opinião, é possível ter em relação ao governo Dilma?

Ivanete – A configuração que vem se delineando é mais conservadora e isso seguramente terá um impacto que pode ser muito destrutivo para o Serviço Social. A gente defende a ampliação dos direitos, não como ampliação de espaço do mercado de trabalho, mas na perspectiva da universalização da seguridade, na perspectiva da ampliação dos acessos aos direitos sociais para toda classe trabalhadora. Se temos um governo que vai pautar reforma da previdência novamente, que vai pautar novamente a criação das fundações estatais

de direito privado no âmbito da saúde, isso sinaliza um movimento que é contrário ao que defendemos, que é a universalização e a ampliação dos direitos. Provavelmente as novas diretorias dos CRESS e do CFESS vão ter uma luta ainda maior, talvez tenham que ter ações ainda mais contundentes, mais aguerridas na defesa da seguridade, da saúde, da previdência e da assistência social. É uma indicação da necessidade de uma união ainda maior com outras categorias e movimentos sociais para defender e ampliar a pauta de defesa e de reivindicação da universalização dos direitos e a garantia de condições de trabalho.



Processo Eleitoral

encerram-se no próximo dia 8 de fevereiro de 2011. Para efetuar o registro dos formulários/documentos disponíveis na maneira: seis membros efetivos: Presidente, Vice-Presidente, 1º suplente, 2º suplente, 3º suplente, 4º suplente, 5º suplente, 6º suplente; nove membros suplentes, totalizando dezoito membros eleitorais, que aqui é transcrito.

Quem pode candidatar-se?

Todos os assistentes sociais, sem condenação criminal, sem condenação pública; sem condenação por improbidade administrativa; sem inscrição, com suas anuidades em dia.

Quem poderá votar?

Todos os assistentes sociais, com as obrigações pecuniárias em dia.

Sistema Eleitoral

As eleições serão realizadas nos dias 8 e 9 de fevereiro de 2011, pelo Sistema Eleitoral Único por Correspondência. Para tal, a Comissão Eleitoral fará a distribuição dos formulários de voto aos assistentes sociais aptos a votar, a correção dos votos e a apuração. Neste sentido, a Comissão solicita a todos os assistentes sociais com brevidade o voto via correio para garantir o processo democrático para a escolha dos membros do Conselho.

O Código Eleitoral pode ser acessado através do link <http://www.cfe.org.br>

Conjunto CFESS/CRESS

Yolanda Guerra, professora da UFRJ, sobre os desafios para as próximas gestões



“Nossas entidades têm conseguido fortalecer a dimensão política dos embates que enfrentam a precarização das condições e relações de trabalho.”

Yolanda Guerra

Praxis – O que esperar dos governos em termos de políticas públicas e valorização do trabalho e do próprio profissional de Serviço Social?

Yolanda – A estratégia das UPPs expressa uma tendência: criminalizar o pobre. A análise de Wacquant sobre os EUA mostra que este processo é universal. Sendo prioridade a política de segurança, as demais políticas públicas ficarão subsumidas a esta. O caos na saúde está posto. É importante a declaração da presidenta sobre seu acompanhamento direto do SUS, mas tudo depende da sociedade fazer pressão. Há um movimento bem organizado contra as Fundações. Uma

questão importante é a exploração do pré-sal: a aplicação dos recursos provenientes do Fundo Social e que áreas priorizar afeta a sociedade e os assistentes sociais. Pelo visto, a tendência será a de priorizar programas paliativos, de alívio à fome e à pobreza absoluta.

Praxis – Podemos comparar o Serviço Social hoje no Brasil e no mundo?

Yolanda – Houve um tempo em que recebíamos aportes da produção da Europa e dos Estados Unidos. Depois, passamos a nos apropriar das contribuições da Reconceitualização latinoamericana. Hoje possuímos massa crítica reconhecida e difundida na graduação e pós-graduação. Somos procurados por pesquisadores que se interessam pela tradição marxista. Há programas responsáveis por formar mestres e doutores de outros países, não só na América Latina. Em convênio com a PUC-SP, a Universidade Portuguesa doutorou quadros que hoje atuam no seu país. Há experiência recente de intercâmbio entre Brasil e África. Temos que fortalecer a organização na América Latina e no Caribe e inserir no debate mundial os princípios e valores do projeto ético-político. Há que se avançar na pesquisa sobre o Serviço Social internacional e buscar estabelecer uma interlocução crítica.

Praxis – Que desafios visualiza como centrais para as próximas direções do Conjunto CFESS/CRESS?

Yolanda – Manter um projeto que expresse interesses particulares sem perder o vínculo com as lutas e interesses gerais. Estar junto da categoria nos locais de trabalho, identificando demandas tradicionais e emergentes, através da COFI. Os dados apreendidos pelos agentes fiscais têm que se constituir em conhecimentos e em conteúdo das disciplinas. Temos que ter maior articulação entre formação e os campos de intervenção profissional. Manter as lutas coletivas do Conjunto, da ABEPSS e da ENESSO. As últimas eleições mostram uma categoria plural, mas seus resultados expressam a opção por um projeto que enfrente o conservadorismo. Devemos alertar a sociedade brasileira quanto ao significado do ensino à distância, suas consequências para a qualidade do atendimento, a formulação, gestão e avaliação de

políticas sociais. Vitalizar os movimentos sociais, investir em pesquisas socialmente relevantes, incidir sobre a vida nacional.

Praxis – Nos oito anos de governo Lula houve uma série de contradições quanto às políticas sociais, com grandes impactos para o Serviço Social. Que expectativas é possível ter em relação ao governo Dilma?

Yolanda – O Brasil elegeu uma presidenta. Isso é inusitado, como também o fato de termos 9 mulheres entre os 37 ministros. Porém, a depender do movimento social e da correlação de forças haverá continuidade do modelo. Manter-se-á a política social focalizada, fragmentada, precarizada, que exclui a política do trabalho. Neste modelo, o assistente social acaba realizando a gestão da pobreza. A precarização do trabalho é um processo universal, mas tem particularidades no Serviço Social. O desafio é enfrentar as políticas de bolsas, que operam alívio (controle) da pobreza e, ao mesmo tempo, têm apoio popular e a priorização do apoio ao capital financeiro. A participação democrática é uma variável dependente não do sexo do governante, mas da luta de classes. A presidenta já fala que deverá cortar gastos e imagina-se em que direção isso vai se dar. Para nós, a perda de espaço no MDS é inestimável. Indicar uma economista para a área terá consequências para a sociedade e para a área profissional. Temos que estabelecer uma interlocução com o governo. Há inúmeras colegas preparadas para assumir cargos que compõem o Ministério: possuem competência técnica e política para tal.

Praxis – Qual a importância do Conjunto CFESS/CRESS e da participação da categoria nas eleições de março para o Serviço Social brasileiro?

Yolanda – O pluralismo é a expressão da maturidade da profissão. Nessa disputa temos que evitar qualquer aparelhamento dos Conselhos. O Serviço Social brasileiro tem uma organização exemplar. Há organizações que merecem destaque, mas não se comparam com o Brasil: na Europa, França e Espanha; na América Latina, Nicarágua. Nossas entidades têm conseguido fortalecer a dimensão política dos embates que enfrentam a precarização das condições e relações de trabalho. Outros desafios virão e estamos nos preparando para a luta sem tréguas. Chamo atenção da categoria para que nas próximas eleições fique atenta às propostas das chapas mas, mais do que isso, às trajetórias dos candidatos. O projeto ético-político não pode ser colocado em risco, pois ele é nosso principal legado. ■

A íntegra das entrevistas encontra-se no site www.cressrj.org.br

As inscrições de chapas para direção do CRESS-RJ (2011/2014) para a inscrição, as chapas deverão apresentar junto à Comissão de inscrição, as chapas deverão ser compostas da seguinte forma: 1º e 2º secretários, 1º e 2º tesoureiros; três membros do conselho de administração. A Comissão Eleitoral Regional preparou um pequeno guia

As condições sociais que se encontrem em pleno gozo de seus direitos profissionais, inclusive a indenização por crime doloso nem ser lesado patrimônio de natureza patrimonial e/ou ética; estar quite, até a data da inscrição perante o CRESS, até 2010.

As condições sociais em pleno gozo de seus direitos profissionais, inclusive a indenização por crime doloso nem ser lesado patrimônio de natureza patrimonial e/ou ética; estar quite, até a data da inscrição perante o CRESS, até 2010.

As condições sociais em pleno gozo de seus direitos profissionais, inclusive a indenização por crime doloso nem ser lesado patrimônio de natureza patrimonial e/ou ética; estar quite, até a data da inscrição perante o CRESS, até 2010.

As condições sociais em pleno gozo de seus direitos profissionais, inclusive a indenização por crime doloso nem ser lesado patrimônio de natureza patrimonial e/ou ética; estar quite, até a data da inscrição perante o CRESS, até 2010.

www.cressrj.org.br/arquivos/resolucao586.pdf



Encontros

Por uma saúde pública de qualidade

Realizado entre os dias 22 e 23 de novembro, no Rio de Janeiro, na Uerj o seminário “20 anos de SUS: Lutas sociais contra a privatização e em defesa da saúde pública estatal” foi mais que um evento para comemorar as duas décadas do Sistema Único de Saúde: foi um momento de afirmação e defesa intransigente de um modelo de saúde universal, público e de qualidade. Mesas-redondas discutiram a privatização da saúde, alternativas de lutas e resistências ao desmonte desta política pública.

O encontro foi sucesso de público, especialmente no primeiro dia cerca de 500 pessoas lotaram o auditório 13 da UERJ.

Entre as entidades que participaram da mesa de abertura, o CRESS-RJ se fez representar pela conselheira Conceição Robaina. Ao falar sobre o SUS, Robaina lembrou que “embora ele seja um sistema de saúde público reconhecido internacionalmente, fruto das lutas da reforma sanitária e das mobilizações dos movimentos sociais e diversos sujeitos que resultaram na constituição de 1988 há que se reconhecer que sua defesa tem enfrentado dificuldades cada vez maiores, motivadas pela hegemonia do discurso neoliberal que se apresenta à sociedade brasileira – mas, também, aos trabalhadores de praticamente todo o mundo”.

Na mesa que teve como tema “Privatização na saúde e afronta aos direitos”, a professora do Instituto de Estudos em Saúde Coletiva da UFRJ, Fátima Siliansky comentou que dados apontam que 23% da população brasileira têm planos de saúde privados e que, se somados os valores pagos, os valores “são muito maiores que os gastos públicos em Saúde”.

Além de reunir a academia e profissionais ligados ao Sistema Único de Saúde, o seminário contou também com a participação de representantes de cinco partidos políticos identificados à proposta de um SUS público e universal. Na mesa “Construção de Alternativas no Executivo e no Legislativo” pode-se perceber que mesmo diante de diferenças políticas foi posto ali um compromisso de tentar se garantir a unidade da esquerda pela estatização da Saúde. “O desafio é grande. Uma parcela do PDT certamente estará nesta luta”, comentou o deputado estadual pedetista Paulo Ramos. Na condição de militante da saúde, segundo suas próprias palavras, a recém-eleita deputada estadual pelo PSOL, Janira Rocha, garantiu que “estará no DNA de seu mandato a luta por esse movimento da saúde”. Mas a luta, todos sabem, não será fácil, como sublinhou Solange Belchior, representante do Núcleo de Saúde do PT: “a maioria dos vereadores tem centros de saúde”.

O Seminário “20 anos de SUS” teve promoção das seguintes entidades: Fórum de Saúde do Rio de Janeiro: CRESS/RJ; e dos seguintes projetos de pesquisa e extensão da Faculdade de Serviço Social da UERJ: “Saúde, Democracia e Serviço Social: Lutas Sociais e Gestão Democrática”, “Saúde, Serviço Social e Movimentos Sociais” e “Políticas Públicas de Saúde”.

Álcool e outras drogas

Dividido em quatro módulos, foi realizado na sede do CRESS-RJ, de 9 a 30 de novembro, o curso Capacitação na área de Álcool e outras Drogas.

Temas como Conceituação de drogas e contextualização, Aspectos legais e políticas públicas, Atuação do assistente social no campo do uso abusivo de álcool e outras drogas foram abordados nos quatro encontros, além da exposição de estudos de caso. Entre os palestrantes estiveram os assistentes sociais Anderson Ferreira, Ane Cristian e Geralda Mel, Rosemary Cardoso, Cristina Miceli e Mariana Flores e a conselheira do CRESS-RJ Elza Velloso, que coordena a Comissão de Álcool e outras Drogas.

O curso procurou informar o fazer profissional do assistente social que se depara frequentemente com a questão da drogadição, seja ela lícita ou não. Do ponto de vista histórico o curso resgatou que o fenômeno do uso abusivo de drogas ilícitas como cocaína, crack, maconha, dentre tantos, assume seu expoente na década de 80 de forma agressiva. A venda destes produtos aquece a economia dos países. É um mercado nada desprezível, apesar de produzir violência e um problema social urbano de extrema relevância.

“Outro ponto importante diz respeito às atribuições do assistente social trabalhando em equipe multiprofissional que deve defender direitos sociais e não executar práticas terapêuticas que fogem à atribuição do Serviço Social” complementou Elza, uma das responsáveis pela organização do curso.

Ética Profissional

Sua carteira, por favor

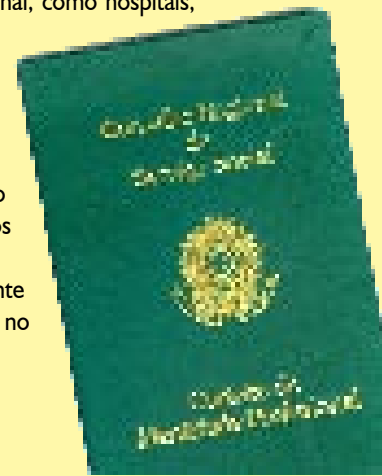
Dia 12 de dezembro de 2010 uma mulher, identificando-se como assistente social de um projeto do governo, que dizia cadastrar famílias para receber um salário mensal, acabou protagonizando, junto com sua cúmplice, o sequestro de um menor de sete meses, filho da dona de casa Rejane Pereira, moradora de Belford Roxo. A polícia acabou prendendo as duas mulheres e recuperando a criança sã e salva.

Mas ficaram no ar várias interrogações. Entre elas, a relação estabelecida entre o profissional e o usuário a partir do reconhecimento e da defesa de determinados princípios ético-políticos e o papel de orientação dos Conselhos Regionais de Serviço Social junto a categoria. Neste caso, cabe ao CRESS ratificar o artigo 3º. do Código de Ética Profissional que afirma que é dever do assistente social “utilizar seu número de registro no Conselho Regional no exercício da profissão”. Ou seja, deve o profissional sempre se identificar ao usuário, inclusive apresentando a ele seu registro profissional.

Mas, por outro lado o usuário pode exigir que o assistente social se identifique, notadamente quando não se está em um ambiente profissional, como hospitais, escolas e empresas.

No exercício da profissão, o assistente social precisa portar algum documento que o identifique: carteira funcional, crachá, carteira do CRESS, enfim, algum documento que prove que ele é o que diz ser. Esses são procedimentos que podem conscientizar a todos da importância do trabalho do profissional de Serviço Social e evitar que ocorram novos incidentes como o acontecido com Rejane e seu filho.

É importante destacar que é um dever ético do assistente social utilizar seu número de registro no conselho profissional no exercício da profissão.



Cofi

Condições Éticas e Técnicas do Exercício Profissional

A presente matéria retoma o tema Condições Éticas e Técnicas do Exercício Profissional do Assistente Social. Voltamos ao tema em virtude da realidade constatada durante a maioria das visitas da Comissão de Orientação e Fiscalização (COFI), no ano de 2010, onde constatamos diversas irregularidades. Abordaremos fundamentalmente a Resolução Nº 493/06 do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), órgão normativo de grau superior da profissão e que traz respaldo ao Serviço Social no que tange à definição de instrumento normativo cabível ao tratamento dessa questão.

A COFI, nas inúmeras instituições que visita, seja naquelas previamente agendadas, ou as visitadas sem que houvesse aviso prévio da fiscalização, envolvendo denúncias de irregularidades, tem registrado que muitos dos atendimentos efetuados aos usuários são realizados sob condições precárias e, em algumas situações, poderíamos descrevê-las como críticas, pois colocam em risco tanto o assistente social quanto, fundamentalmente a quem recorre a esse profissional. No artigo 1º da Resolução que mencionamos está disposto que “*é condição essencial, portanto obrigatória, para a realização e execução de qualquer atendimento ao usuário do Serviço Social a existência de espaço físico, nas condições que esta Resolução estabelecer*”.

Com intuito de apresentar como podem ser drásticas as consequências do não cumprimento da Resolução, trazemos como exemplo, o depoimento de um profissional (que realizava seus atendimentos numa sala onde não havia vedação suficiente e, para piorar, ficava ao lado da recepção). Durante um de seus atendimentos, o usuário conversava sobre a angústia de ter sabido que era soropositivo e as possíveis consequências familiares e sociais de tal fato. Seguindo a rotina de trabalho, o usuário do atendimento seguinte comentou que não só havia escutado a conversa anterior, como afirmou que aquele morador provavelmente iria ser expulso da sua “comunidade”, pois as pessoas não “desejavam se contaminar”. Diante do relatado, quem deve ser responsabilizado por essa “desproteção” ao usuário e as informações que dizem respeito a sua vida particular? O assistente social, que, no caso exemplificado, sequer avaliou como grave suas condições de trabalho? Ou a Instituição, que não oferece as devidas condições de trabalho aos seus técnicos?

Antes de buscarmos respostas para estas questões, voltemos à mencionada Resolução para notarmos que nos seus artigos 2º, letra b, e 3º, define que: “*o local de atendimento destinado ao assistente social deve ser dotado de espaço suficiente, para abordagens individuais ou coletivas, conforme as características dos serviços prestados, e deve possuir e garantir as seguintes características físicas (entre outras): recursos que garantam a privacidade do usuário naquilo que for revelado durante o processo de intervenção profissional; o atendimento efetuado pelo assistente social deve ser feito com portas fechadas, de forma a garantir o sigilo*”.

“**O atendimento efetuado pelo assistente social deve ser feito com portas fechadas, de forma a garantir o sigilo**”

Entendemos que a garantia das condições de trabalho deve ser orientada por um princípio profissional ético, a partir de uma conduta coletiva, a ser garantida pelo empregador e, fundamentalmente, exigida pelo profissional. O assistente social está, necessariamente, submetido ao seu Código de Ética Profissional e, neste, o artigo 7º estabelece como direito deste profissional dispor de condições condignas, seja em instituições públicas ou privadas, no intuito de que haja as garantias estruturais e fundamentais à qualidade do serviço profissional prestado aos usuários do Serviço Social. A implicação ética do profissional também está registrada na Resolução 493/06, no seu artigo 7º e seu parágrafo primeiro, quando estabelece que: “*O assistente social deve informar por escrito à entidade, instituição ou órgão que trabalha ou presta serviços, sob qualquer modalidade, acerca das inadequações constatadas por este, quanto às condições éticas, físicas e técnicas do exercício profissional, sugerindo alternativas para melhoria dos serviços prestados: Parágrafo Primeiro - Esgotados os recursos especificados no “caput” do presente artigo e deixando a entidade, instituição ou órgão de tomar qualquer providência ou as medidas necessárias para sanar as inadequações, o assistente social deverá informar ao CRESS do âmbito de sua jurisdição, por escrito, para intervir na situação*”.

Constatamos em nossas visitas de fiscalização as difíceis condições vivenciadas pelos profissionais em seus espaços ocupacionais, principalmente no que se refere às relações de trabalho, e os entraves que dificultam as negociações pelas condições de trabalho. No entanto, temos também verificado que várias equipes de Serviço Social, devidamente munidas dos citados instrumentos normativos e legais, conseguem intervir e compor forças para que prevaleçam as exigidas condições (às vezes mínimas) para a atuação profissional.

Mas, em muitos casos, o profissional sabe que a precariedade de tais condições incidirá diretamente sobre a qualidade do trabalho, e, mesmo assim, nem sempre busca no CRESS (COFI) o apoio formal e político para negociar junto à entidade empregadora. Sendo um direito

do assistente social frente aos seus empregadores, não há espaço para atitudes por parte do profissional de resignação e/ou omissão, pois trarão prejuízos que colidirão com um direito fundamental da população usuária: a qualidade do serviço que lhe é prestado. Ressaltar-se que muitas instituições desconhecem a determinação normativa que define as condições éticas e técnicas para o exercício profissional dos assistentes sociais. Tal dado só corrobora a importância do papel dos assistentes sociais como primeiros e legítimos agentes desta notícia.

Cabe salientar que, fora as irregularidades que são constatadas nas visitas programadas de fiscalização, há o registro de diversas solicitações e/ou denúncias que chegam à COFI para que esta Comissão intervenha e, sempre que necessário, tome as medidas cabíveis. Está descrito no artigo 6º, na referida Resolução, que esgotado ou devidamente justificado, a impossibilidade do movimento dos assistentes sociais frente ao cumprimento do seu artigo 7º, que “*é de atribuição dos Conselhos Regionais de Serviço Social, através de seus Conselheiros e/ou agentes fiscais, orientar e fiscalizar as condições éticas e técnicas estabelecidas nesta Resolução, bem como em outros instrumentos normativos expedidos pelo CFESS, em relação aos assistentes sociais e pessoas jurídicas que prestam serviços sociais*”.

Na grande maioria das vezes, a parte interpelada compreende as determinações que levam o profissional e/ou o Conselho a exigir(em) as condições de trabalho adequadas ao bom atendimento. As instituições fiscalizadas têm cumprido nossas orientações e solicitações de adequação antes de quaisquer medidas judiciais que, porventura, sejam cabíveis. Daí a importância do posicionamento profissional ético dos assistentes sociais em indicar na sua prática cotidiana, quer junto à Instituição em que trabalha, quer junto ao seu Conselho, as irregularidades ou inadequações encontradas que ferem o Código de Ética Profissional e os demais instrumentos normativos e legais do Serviço Social e/ou fazem com que a qualidade do serviço prestado junto aos usuários não seja a devida. A busca por melhores condições de trabalho não está restrita, somente, à aplicação de um instrumento normativo, mas sim na articulação desta com uma argumentação fundamentada na (e com a) prática profissional dos assistentes sociais comprometidos com sua função ética, política e técnica junto aos usuários.

Finalmente, cabe ainda destacar que o conjunto dos Conselhos Regionais e o CFESS (Conjunto CFESS/CRESS) possui limitações nas suas competências e prerrogativas para sua atuação legal. Sendo assim, sempre que tais limites se colocam, ou seja, quando avaliamos em nossas visitas de fiscalização que as precariedades e/ou irregularidades institucionais ultrapassam o âmbito do Serviço Social, acionamos outros órgãos fiscalizadores, como o Ministério Público, Vigilância Sanitária, dentre outros, para garantir a qualidade do serviço a ser prestado aos usuários. ■

Evento

Cada vez mais visibilidade

Em sua quarta edição, o Prêmio Visibilidade das Políticas Sociais e do Serviço Social organizado pelo CRESS-RJ consolida-se como uma janela para uma melhor percepção do trabalho do profissional de Serviço Social, tanto para a própria categoria como para a sociedade. Da mesma forma, contribui para a qualificação da abordagem jornalística sobre as políticas sociais – campo de nossa atuação profissional por excelência. Foram cerca de 40 trabalhos inscritos.

No último dia 10 de dezembro foi realizada a cerimônia de premiação desta quarta edição do concurso.

Este ano o prêmio não contou com a participação de competidores na categoria vídeo. Por outro lado foi criada a categoria *Hors Concours*, onde a direção do Conselho e a comissão julgadora selecionaram uma reportagem que abordou a profissão de forma a reconhecê-la e valorizá-la, com correta abordagem sobre a política social e, de quebra, dá visibilidade à profissão através daquela profissional. Nesse caso específico não houve premiação em dinheiro. A matéria selecionada foi ao ar no programa *Mais Você*, da Rede Globo, conduzido pela apresentadora Ana Maria Braga. O foco central da reportagem foram os direitos da criança. A principal entrevistada foi a assistente social Angélica Goulart. (<http://video.globo.com/Videos/Player/Entretenimento/0,,GIM1265408-7822-ANA+MARIA+BRAGA+CONVERSA+COM+ASSISTENTE+SOCIAL+SOBRE+VIOLENCIA+INFANTIL,00.html>)

Na categoria “Experiências profissionais de assistentes sociais ou de equipes de Serviço Social” apenas dois trabalhos concorrentes foram selecionados. Mas não foi por falta de bons trabalhos inscritos, mas pelo fato de grande parte deles estar fora dos critérios do prêmio. É fundamental para se classificar como finalista do Prêmio Visibilidade que as experiências já tenham obtido algum nível de visibilidade pública. O próprio processo de inscrição de assistentes sociais para disputar o Prêmio deixa isto evidente: é solicitado que se acrescentem, além do relato da experiência desenvolvida, comprovações de visibilidade externa destas ações.

O vencedor na categoria foi a cartilha preparada pela equipe interdisciplinar da maternidade Fernandes Figueira, da Fiocruz. O “Manual de orientações e informações para a gestante e sua família” oferece para gestantes que frequentam a maternidade uma série de importantes orientações. Nela há diversas informações, em linguagem simples, e indicação dos direitos. Participaram da confecção do manual Aline de Carvalho Martins; Augusta Maria Assumpção; Carmem Lucia Marques da Cunha; Marcos Augusto Bastos Dias; Miguel Angel Hermosa; Rosei de Souza Santos da Costa e Rozânia Bicego Xavier. As informações sobre atendimento à violência doméstica foram prestadas pela assistente social Rita de Cássia Valadão. No evento de premiação a equipe foi representada pela assistente social do Instituto Fernandes Figueira/FIOCRUZ Aline de Carvalho Martins que recebeu troféu, diploma e o cheque de R\$ 2 mil, referentes à primeira colocação.

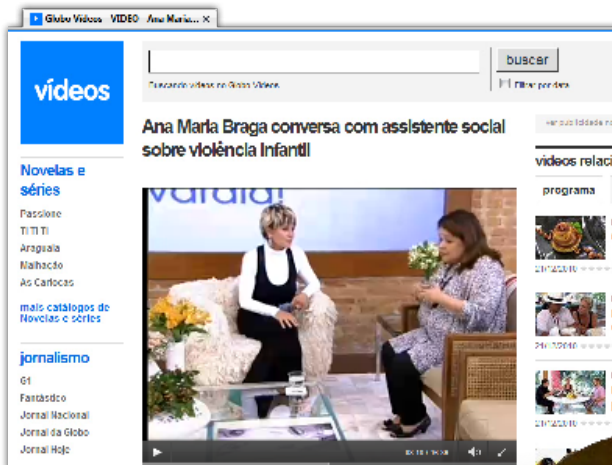
“Avalio esta premiação como um importante resultado por diversos motivos: este Manual expressa um amadurecimento de uma equipe interdisciplinar para um atendimento integral, que requer um conjunto diversificado de saberes para se fazer realmente efetivo. O resultado é um produto de linguagem simples, porém de grande densidade técnica e

teórica que valoriza a gestação e o parto como eventos que devem ter na mulher o principal sujeito. A participação do Serviço Social neste processo, além de contribuir para a disseminação, reconhecimento e efetivação dos direitos, políticas públicas e legislações, também esteve presente em temas que possuem repercussão na vida da mulher e do futuro bebê, contribuindo com reflexões sobre temas como paternidade e amamentação, que constituem fenômenos que ultrapassam as barreiras biológicas, se relacionando com dimensões simbólicas, históricas e relacionais, constituindo-se assim, fenômenos sociais. É com grande felicidade que recebemos o reconhecimento do Conselho Regional de Serviço Social de que este trabalho possibilita uma visibilidade adequada da profissão”, comentou Aline após a cerimônia.

Os dois trabalhos participantes na categoria se mostraram, cada qual com seu campo de ação, bastante relevantes e ficaram empatados até o último item de desempate do edital.

O site “Cidadania.com”, há onze anos no ar, projeto da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (a UNISINOS), no Rio Grande do Sul, contribui para o acesso da população de São Leopoldo a seus direitos. Foram elaborados um portal com o nome do projeto e um blog. Nestes espaços são divulgados locais e contatos com a rede de atendimento, informações gerais sobre as diversas políticas, atas de reuniões, resultados de pesquisas. Os profissionais responsáveis pelo projeto são Paulo Ricardo Oliveira Dias, Marilene Maia, Sônia Mara Brunetto e Angélica da Costa. Dois representantes da equipe, Paulo Ricardo e Marilene Maia prestigiaram a premiação e foram ao auditório do CRESS-RJ

receber a premiação e o cheque de R\$ 600,00 referente ao segundo colocado na categoria.





Daniel Santini

O grande vencedor na categoria reportagem escrita, que teve direito à premiação de dois mil reais, além de diploma e troféu, foi o jornalista Daniel Santini com a matéria intitulada “A frieza do asfalto”. Publicada no jornal Folha Universal,

a matéria é rica em dados estatísticos sobre população de rua e políticas públicas, incluindo dados sobre repressão policial. Presente na cerimônia, Santini disse estar muito contente com o reconhecimento.

“O Conselho Regional do Serviço Social do Rio de Janeiro tem tido importante papel na construção de uma sociedade mais democrática, justa e humana. Ter o reconhecimento profissional deste órgão é motivo de grande alegria, em especial ao tratar de um tema tão delicado quanto à ausência de políticas públicas para os moradores em situação de rua nas grandes cidades”, comentou Santini que antes de trabalhar na Folha Universal, já pertenceu à equipe do portal Globo.com



Tatiana Lima

Tatiana Lima, a autora da matéria classificada em segundo lugar na categoria reportagem escrita se formou efetivamente em jornalismo no mesmo dia da premiação. Uma vitória e tanto para a matéria “Chuvas

“atípicas” revelam problemas crônicos” que aborda as chuvas que castigaram o Rio e Niterói em abril de 2010 e o Fórum Urbano Mundial realizado um pouco antes da tragédia, publicada no veículo Ideias em Revista. O prêmio foi de R\$ 600,00.

Henri Figueiredo escreveu e fotografou a matéria que ficou em terceiro lugar na categoria reportagem escrita. Henri não pôde comparecer à premiação e sua colega de redação no Ideias em Revista, Tatiana Lima, recebeu o prêmio em seu nome por “Um quilombo de resistência cultural”. No texto a manifestação cultural e política enraizada no subúrbio de Madureira, no Rio, é tratada com compromisso político, respeito, e sem perder a ginga. O prêmio foi de R\$ 400,00.

Carla Romão, Daiana da Silva e Alaiane Fátima construíram o texto publicado no jornal Vozes da Comunidade,



Carla Romão, Daiana da Silva e Alaiane Fátima

que ficou com a quarta colocação na categoria escrita: “A cada 15 segundos uma mulher é agredida no Brasil”. Entre 1997 e 2007 mais de 40 mil mulheres foram assassinadas no Brasil. A matéria toma por base estes dados e os avanços das lutas feministas.

Rosilene Miliotti foi a autora da matéria “Transfobia não” classificada em quinto lugar e publicada originalmente no site www.observatoriodefavelas.org.br. Majorie Macchi, presidente da Associação de Travestis e Transexuais do Rio de Janeiro, dá uma entrevista ao mesmo tempo corajosa e esclarecedora sobre as condições vividas por esta parcela da população.



Rosilene Miliotti



Coletivo Pulsar Brasil



Para a categoria rádio do Prêmio Visibilidade 2010 apenas uma matéria inscrita respondeu aos critérios do edital: “Dívida pública brasileira apresenta diversas irregularidades”, uma produção do Coletivo Pulsar Brasil que foi replicada em várias rádios comunitárias pelo país. A matéria em questão resgata denúncias que diversos movimentos sociais vêm fazendo sobre o financiamento de políticas públicas no Brasil. Demonstra que em 2009, 36% de toda a receita brasileira foi utilizada para pagamento da dívida pública, reduzindo significativamente os investimentos em políticas como saúde, educação, habitação etc. Assinam o trabalho Andréa Behn, Gilka Resende, Gizele Martins, Katarine Flor, Livia Duarte, Luiza Cilente e Tatiana Lima.

O CRESS-RJ comunica

O Conselho Regional de Serviço Social do Rio de Janeiro sempre se preocupou em manter informados os profissionais de Serviço Social e o público que se relaciona com a categoria e com o próprio Conselho.

Informação é fundamental e é um direito. E o CRESS-RJ sabe disso. Mesmo em uma sociedade conectada como a nossa, o jornal impresso tem sua importância e o Práxis é a constatação do quanto há de investimento da direção do CRESS-RJ nesse campo. Nas últimas edições o veículo teve um novo “tratamento” em sua apresentação gráfica, mantendo seu nível informativo, porém, com aparência mais leve para seus leitores.

Por outro lado, o envio semanal do boletim VIA CRESS, que também mudou um pouco sua apresentação nos últimos meses, tem mantido sua agilidade. São mais de dez mil e-mails cadastrados. Todas as quartas o boletim é enviado para os e-mails, sempre num formato que caiba em uma folha ofício, para que possa ser impresso e anexado em painéis ou murais. Seminários, oportunidades de empregos, comunicados, tudo numa linguagem simples e direta.

Nosso site (www.cressrj.org.br), que a cada dia vem recebendo um número maior de visitas, está sofrendo um processo de reformulação, na intenção de se tornar ainda mais ágil e continuar se mantendo como porta de entrada da categoria, tanto do Estado do Rio de Janeiro como de outros estados e até mesmo de outros países. Em novembro iniciamos um monitoramento mais detalhado do site e verificamos que regularmente ele recebe

um número expressivo de visitas oriundas de municípios de outros estados, em boa parte dos casos superando o número de visitas de quase todos os municípios do Rio de Janeiro.

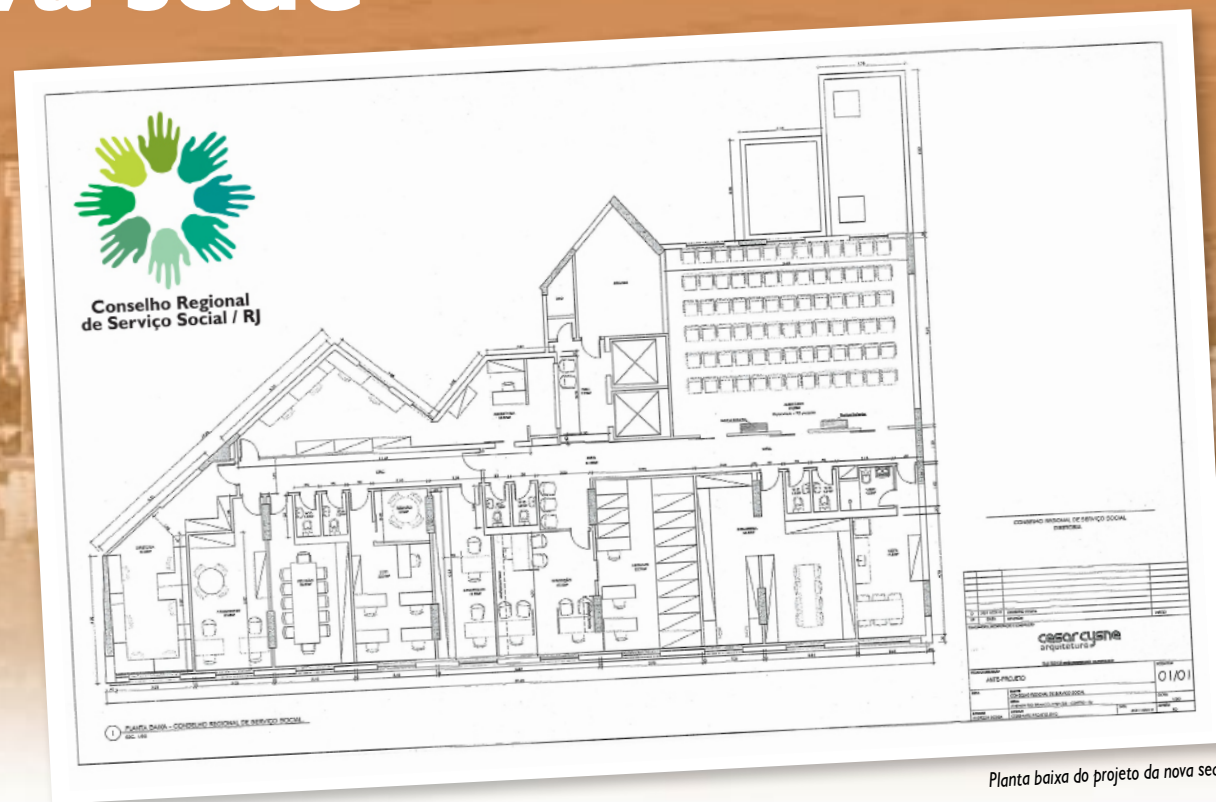
Dentro de uma política de ampliar as frentes de contato com a categoria, o CRESS-RJ se inscreveu em duas redes sociais: Facebook (CRESS Rio de Janeiro) e no Twitter (@CRESSRJ). Nos dois casos, as redes não se prestam a trocas de informações: o contato do público com o Conselho continua sendo apenas por telefone ou pelo *fale conosco* que está no site.

A intenção é aproximar o Conselho de seu público e aprimorar essas ferramentas.



Ações do
CressRJ

Nova sede



Planta baixa do projeto da nova sede

O número de profissionais de Serviço Social no país vem crescendo a cada ano. Só no estado do Rio de Janeiro já somos quase 12 mil profissionais ativos. Um aumento de 50% em apenas uma década.

A atual sede de nosso Conselho já não comporta o conjunto de atividades desenvolvidas. É ela quem deve garantir as condições para um bom atendimento aos assistentes sociais, bem como para realizar as reuniões das equipes que nos procuram e das comissões temáticas, os cursos oferecidos em maio, todos os procedimentos de apuração ética, etc. Nas condições atuais, mesmo os espaços para a guarda de documentos e uma melhor utilização do acervo bibliográfico pela categoria já são insuficientes. Hoje o Conselho ocupa um conjunto de quatro salas, sendo duas destas alugadas.

Na gestão de 2005/2008, foi aprovada a compra de um novo imóvel para o CRESS-RJ. Após um levantamento imobiliário identificou-se um conjunto de salas na Avenida Rio Branco, no centro do Rio. Quinze salas, somando 336 m², ao custo de R\$ 260.000,00. A compra foi concretizada durante a gestão provisória.

Mas, no meio deste caminho havia e ainda há uma pedra. Seis das 15 salas da futura sede se encontram ocupadas pela empresa TV Studio. Ainda em 2008, no mês de setembro, foi realizada uma reunião com o responsável pelo aluguel das salas, que desde junho daquele ano não pagava nenhuma taxa ou imposto. Fátima Grave, presidente do CRESS-RJ, Mônica Arkader, assessora jurídica do Conselho e Arnaldo Gonçalves, assessor contábil do CRESS-RJ, estiveram na reunião, onde o inquilino foi informado que o contrato de locação não seria renovado e o CRESS-RJ queria tomar posse. O contrato

venceria em novembro daquele ano. Além disso, o inquilino foi alertado quanto à necessidade do pagamento dos aluguéis, condomínio e imposto para o CRESS – atual proprietário. O inquilino foi informado oficialmente que deveria sair no final do contrato e quitar suas dívidas. O CRESS-RJ vem pagando regularmente todas as taxas e impostos.

Logo no início o mesmo afirmou que a venda havia sido feita sem que ele tivesse tido a preferência de compra, e que iria brigar na Justiça por esse direito. Ainda em setembro de 2008 foi feita uma reunião entre as antigas proprietárias, os assessores já citados, Fátima Grave e as conselheiras Newvone Costa, Elza Velloso e Elaine Behring (então vice-presidente) sobre as afirmações do inquilino. As proprietárias ratificaram que houve a consulta prévia e ele não manifestou interesse, com tudo devidamente documentado.

No passar da atual gestão o inquilino mostrou interesse em adquirir do CRESS-RJ as seis salas que ocupa. O CRESS-RJ rejeitou a proposta. “A compra do imóvel foi uma grande oportunidade em função do preço pelo qual pagamos à época dentro das possibilidades do CRESS e sobretudo porque precisamos de mais espaço para melhor acomodar todas as nossas atividades. A compra foi acertada”, afirma Fátima Grave. A atual gestão passou a encaminhar um projeto de ocupação do grupo de salas. Dentro das necessidades atuais e expectativas de futuro o projeto arquitetônico vem sendo desenvolvido pelo escritório César Cysne. A expectativa é que a futura gestão do CRESS-RJ dê continuidade a este processo.

Embora o espaço seja praticamente o dobro do que o CRESS-RJ dispõe hoje, o mesmo precisa de reformas e de adaptações as necessidades operacionais do Conselho.

Em processo

O Cress 7ª Região ajuizou na Vara Federal em 2008, tão logo o contrato de locação venceu, uma ação de despejo de retomada para uso próprio das salas. A decisão proferida pelo juiz Augusto Guilherme Diefenthaler em sentença foi de que o inquilino deveria desocupar o imóvel em 30 dias. Como não concordou com o prazo, já que pleiteou 60 dias para a entrega do imóvel, o inquilino interpôs um Recurso Ordinário. Até o fechamento desta edição do Praxis, o processo se encontrava no gabinete do Desembargador Relator do TRF para julgar o recurso.

No que tange à Ação de Cobrança, que tramita na 19ª Vara Federal, o juiz Augusto Guilherme Diefenthaler concedeu um prazo de 15 dias para que o réu regularizasse a procuração e, após a apresentação de provas que o CRESS já juntou aos autos, iria proceder a sentença com o valor atualizado dos débitos do réu. ■